



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/06/2014

INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. EVENTOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. EXECUÇÕES PENAIS	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	3
4. PRESIDÊNCIA	
4.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4.2. JORNAL PEQUENO.....	5
5. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
6. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7 - 8

Visita

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Brito Pereira, teve uma semana movimentada em São Luís.

Maranhense, ele veio ao estado participar de uma correição no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, e ajustou sua agenda para uma serie de compromissos.

Um deles foi visitar a presidente do tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice freire.

Honra

Durante a visita ao TJ, ocorrida na quinta-feira (5), o ministro Brito Pereira e a presidente Cleonice Freire trocaram impressões a política de conciliação.

E no final, Brito Pereira foi homenageado com a medalha dos 200 Anos do TJMA, completados no dia 4 de novembro de 2013.

- Fiquei surpreso e emocionado por ter sido homenageado pelo Tribunal de Justiça do meu Estado, o que muito me honra - declarou Brito pereira, que é natural de Sucupira do Norte.

ATENDENDO a uma solicitação da I Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de São Luís, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão encaminhou recomendações aos cartórios de registro civil de pessoas naturais de São Luís, para que realizem o registro de filhos de menores que estejam acompanhados de representante.

NO ASSUNTO: foram reiteradas as reclamações junto ao Ministério Público quanto à conduta dos cartórios de registros civis de São Luís que estavam se recusando a registrar filho de menores de idade, sem a presença do pai e da mãe do adolescente ao mesmo tempo.

TRANSPORTE COLETIVO

Passagem mais cara começa a vigorar

No primeiro dia em vigor do aumento de R\$ 0,30 nas tarifas do transporte público, ontem, não houve relato de reclamações dos passageiros e os ônibus partiram cheios do Terminal de Integração da Praia Grande e outros pontos da cidade. **Cidades 1**



Cartaz no para-brisa de ônibus com os novos valores das tarifas

Tranquilidade marca o primeiro dia do novo valor das passagens de ônibus

Mesmo com o reajuste de R\$ 0,30 nas tarifas, movimentação foi normal ontem; além do aumento, a domingueira, tarifa reduzida pela metade, também foi extinta

Ontem começou a vigorar o aumento da passagem no transporte coletivo urbano e semiurbano de São Luís. Com os novos valores, com aumento de R\$ 0,30, as tarifas passaram de R\$ 1,30 para R\$ 1,60; de R\$ 1,60 para R\$ 1,90 e R\$ 2,10 para R\$ 2,40. Ontem também não teve mais a chamada "domingueira", quando o preço das passagens diminuía pela metade. "É, não tem mais domingueira. A passagem aumentou, mas o que a gente pode fazer? Tem que pagar, né?", afirmou Roberto Santos, morador do Sá Viana, que agora vai ter que pagar R\$ 1,60 para chegar do Centro até o seu bairro.

Durante o dia, o movimento foi tranquilo. No Terminal de Integração da Praia Grande, os funcionários afirmaram que não houve maiores problemas e as pessoas pagavam o valor total da tarifa, já com os acréscimos de R\$ 0,30 sem nenhum problema, e os ônibus, principalmente os que iam em direção às praias, saíam lotados de seus pontos.

No sábado, dia 7, a promotora do consumidor, Lítia Cavalcanti, em entrevista à **Rádio Mirante AM**, afirmou que o reajuste da tarifa partiu de forma unilateral da Prefeitura de São Luís, e que as atuais condições do sistema de transporte público em São Luís não permitem que haja um aumento nas passagens. Por conta disso, o Ministério Público pode entrar com uma ação para tentar barrar este acréscimo. A promotora ainda questionou o fato de que a Prefeitura vem evitando realizar a licitação para o serviço de transporte público.

Reunião – O aumento da passagem foi acordado na última sexta-feira, dia 6, em uma reunião entre rodoviários, empresários, Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), desembargador Luiz Cos-



Fabrizio Cunha

Movimentação de passageiros foi normal ontem, mesmo com o aumento no valor das passagens

Números

189 linhas urbanas + 3 semiurbanas

990 ônibus urbanos + 150 semiurbanos

Varição de tarifas: **R\$ 1,60** a **R\$ 2,40**

mo da Silva Júnior. No encontro, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (Sttrema) decidiu pelo fim da greve da categoria, que já durava 16 dias, depois de aprovar o reajuste salarial de 7,85% e aumento do ticket-alimentação para R\$ 400,00. Em contrapartida, o secretário Canindé Barros, da SMTT, garantiu o reajuste de R\$ 0,30 no valor das passagens de ônibus, para equilibrar as contas das empresas, o fim da domingueira e o combate mais efetivo às fraudes no sistema.

Segundo o acordo firmado entre Sttrema e SET, o salário de motoristas, cobradores e fiscais de ônibus terá um aumento de 7,85%. Até o acordo, o salário de motoristas era de R\$ 1.298,00; o de cobradores, R\$ 759,00, e o de fiscais, R\$ 769,00. Para todos esses profissionais, o ticket-alimentação aumentará para R\$ 400,00.

TAC – Na sexta-feira, a promotora Lítia Cavalcanti informou que a Justiça acatou a ação da promotoria do consumidor e executou o Termo de Ajusta-

mento de Conduta (TAC) obrigando a Prefeitura, por meio da SMTT, a convocar licitação para o sistema de transporte. O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, Megbel Abdala Ferreira, ainda ordenou que a Prefeitura repasse, mensalmente, o valor de R\$ 7,425 milhões ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (SET) a título de indenização, por causa do déficit no sistema.

A Prefeitura de São Luís informou, por meio de nota, que, com base no acordo homologado pela Justiça do Trabalho na sexta-feira, já está colocando em prática o processo de licitação do serviço com publicação de edital. Além da licitação, também serão implantados a biometria facial e o bilhete único. Com relação ao reajuste, a Prefeitura exigiu que, em contrapartida, haja um incremento da frota de transporte coletivo na capital, incluindo a renovação da frota com 500 ônibus novos, sendo 250 ainda para este ano.

SISTEMA CARCERÁRIO

Sejap monitora egressos

Dados estatísticos produzidos pela Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) mostram que, entre os meses de janeiro a maio de 2014, foram feitas 1.677 visitas domiciliares aos egressos do Sistema Carcerário do Maranhão. Realizadas pelo Núcleo de Monitoramento de Egressos em Geral (Numeg), os acompanhamentos

fazem parte das atividades de fiscalização das condições de livramento condicional e do regime aberto domiciliar dos apenados.

“Uma de nossas metas é desafogar as unidades prisionais para que os internos possam cumprir sua pena com dignidade e em condições adequadas. Aliados a todos os investimentos em construções de novos presídios, reformas, am-

pliações e na implementação de ações de ressocialização, estruturamos o Numeg, ampliando o número de equipes interdisciplinares para que o trabalho alcançasse esse balanço positivo”, avaliou o secretário de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa.

Uchoa informou que a Sejap vai continuar ampliando suas

atividades para que o Governo do Estado possa obter resultados cada vez mais satisfatórios na implementação de uma nova política para o Sistema Penitenciário. Ainda neste mês de junho, deve começar a ser instalado o serviço de monitoramento eletrônico com o uso das tornozeleiras. A meta da Sejap é beneficiar mil apenados.

Levantamentos registram total de visitas de apenados

Do total de atendimentos domiciliares registrados nos primeiros cinco meses deste ano, 330 foram no mês de maio. As visitas geralmente ocorrem aos sábados, domingos e feriados, e não se resumem a apenas fiscalizar o egresso para saber se ele está obedecendo ao termo de compromisso assinado com a Sejap e com o Tribunal de Justiça, mas também tem um caráter assistencial e preventivo.

“Temos a preocupação de conhecer a família desse apenado, saber de suas necessidades no âmbito psicológico, social e jurídico, e procuramos encaminhar os casos que re-

querem intervenção ao Núcleo de Acompanhamento Familiar (NAF), também da Sejap, para que possa fazer o encaminhamento aos órgãos competentes”, explicou o coordenador do Numeg, Luís Gonzaga Melo.

Enquanto que em maio foram realizadas 330 visitas, no mês de abril o total de ações chegou a 323. Já em março o levantamento mostra que foram 377 monitoramentos realizados pelo órgão. O relatório aponta que foram 333 atendimentos em fevereiro e 314 em janeiro, o que totaliza 1.1677 visitas a egressos.

Em maio, além das visitas, o Numeg promoveu atendimen-

tos individuais aos egressos e seus familiares nas dependências da 1ª Vara de Execução Penal (VEP). Entre as ações promovidas, estão assistências jurídica e social. No âmbito jurídico, os egressos são informados sobre a sua situação de acordo com o que prevê a Lei de Execução Penal.

“O objetivo é agilizar todo procedimento jurídico do egresso e isso inclui, até mesmo, a questão do emprego, porque buscamos também os direitos dele ao INSS”, contou a assistente social da Sejap, Rafaela Barbosa Noletto.

Já na esfera social, os trabalhos objetivam a implementação da política social destinada

às necessidades básicas de cada indivíduo. De acordo com Rafaela, as ações englobam a promoção da integração ao mercado de trabalho, bem como a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

“As ações sociais são destinadas aos egressos em situação de vulnerabilidade social. Nós amparamos essas pessoas em suas maiores dificuldades. Às vezes nos deparamos com dependentes químicos e com pessoas que precisam de emprego, e temos buscado ajudar cada um”, disse a assistente social.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Sinais da desigualdade

A concentração da renda continua sendo uma marca inalienável do Brasil, onde os 10% mais ricos concentram 75% da riqueza nacional. Mesmo assim, reclamar de impostos é hábito comum da elite brasileira, embora estudos mostrem que os ricos não pagam tantos tributos assim. São os mais pobres que mais contribuem para custear os serviços públicos, agravando ainda mais o quadro de desigualdade no país.

Os 10% mais pobres do país comprometem 33% de seus rendimentos com o pagamento de impostos, enquanto que os 10% mais ricos pagam 23%, revelando um sistema tributário é injusto e regressivo. Ou seja, quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga mais.

Para se ter uma ideia, quem ganha até dois salários mínimos gasta com tributos mais de 54% de sua renda. É o caso dos beneficiários do programa Bolsa Família, que devolvem em tributos a metade do que ganham.

Os impostos indiretos – aqueles embutidos nos preços de produtos e serviços – são os principais indutores da desigualdade. Eles incidem sobre o consumo, no volume total da arrecadação afetando de forma desproporcional as classes mais pobres.

O ideal, segundo especialistas, seria reduzir os impostos indiretos – que penalizam mais os pobres – e elevar a taxa sobre renda, propriedade e herança. A predominância de tributos de consumo, mais do que tributos sobre a renda e patrimônio, faz com que os pobres, que usam toda renda para comprar, acabem pagando proporcionalmente mais impostos do que os ricos.

Os pobres pagam, proporcionalmente, três vezes mais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que os ricos. Enquanto os ricos desembolsam em média 5,7% em ICMS, os pobres pagam 16% no mesmo imposto.

Nos impostos diretos – sobre renda e propriedade – a situação é menos grave, mas também desfavorável aos mais pobres.

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) tem praticamente a mesma incidência para todos, com alíquotas variando de 0,5% para os mais pobres a 0,6% e 0,7% para os mais ricos.

Já o Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana (IPTU) privilegia os ricos. Entre os 10% mais pobres, a alíquota média é de 1,8%. Já para os 10% mais ricos, a alíquota é de 1,4%.

O dado mostra que as mansões pagam menos impostos que as favelas, que estão localizadas em áreas onde são maiores os registros da ausência de políticas públicas, com acentuada precariedade nos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, entre outros.

A falta de isonomia de tratamento das rendas faz com que os mais ricos tenham mais privilégios. O Imposto de Renda das pessoas físicas incide mais fortemente sobre as rendas do trabalho do que sobre as rendas do capital.

Enquanto um assalariado está sujeito à tabela progressiva, quem tem rendimento decorrente de distribuição de lucros está isento do Imposto de Renda. Assim, o empresário recebe seu lucro com isenção, enquanto o trabalhador recebe sua renda tributada pelo Imposto de Renda.

Ainda que se pudesse argumentar que o lucro distribuído para o empresário já teria sido tributado na sua empresa, isso não sanaria o problema da falta de isonomia entre as rendas auferidas pelas pessoas físicas.

Além disso, é sabido que grande parte da tributação das empresas se dá pelo lucro presumido, ou seja, um percentual fixo do faturamento das empresas e, muitas vezes, o valor distribuído dos lucros é bem superior ao lucro presumido tributado, o que significa que boa parte das rendas dos empresários acaba tendo tratamento privilegiado.

Este tipo de tratamento produz, inclusive, algumas distorções nas relações de trabalho, quando empregados são induzidos ou estimulados a constituir empresas para receber seus rendimentos via distribuição de lucros.

A tributação sobre o patrimônio é também bastante reduzida em relação à tributação sobre o consumo e sobre as rendas do trabalho, criando condições mais favoráveis à acumulação e concentração de riquezas.

O imposto sobre as heranças (ITCMD), por exemplo, não tem alíquotas progressivas, atingindo da mesma forma as pequenas e as grandes heranças.

Só para efeito comparativo, nos Estados Unidos, país símbolo do liberalismo, as alíquotas do imposto sobre heranças podem chegar a 40%.

AMMA lança concurso com foto na valorização da magistratura

A Associação dos Magistrados (AMMA) lançou os concursos de papers e pôsteres, voltados à participação da comunidade jurídica e aos acadêmicos do curso de Direito. Os trabalhos científicos (papers), na forma oral, serão apresentados no Congresso "Os novos desafios da Magistratura Brasileira", a ser realizado durante a segunda Semana de Valorização da Magistratura, de 27 e 29 de agosto, em São Luís.

A inscrição dos artigos, que devem ter como eixo a mesma temática do congresso, já pode ser feita por meio do site da AMMA (www.amma.com.br)

até o dia 20 de julho de 2014, às 18h. O artigo tem que ser enviado em anexo, no formato DOC, compatível com Microsoft Word 97/2000/XP/2003.

O diretor Acadêmico da AMMA, juiz Hóldice Barros, que integra a Comissão Organizadora, explicou que o objetivo dos concursos é estimular a produção de trabalhos de cunho científico, voltados a uma temática que tenha pertinência com o funcionamento do Poder Judiciário. Visa, também, aproximar o jurisdicionado dos magistrados, fazendo com que os mesmos percebam a importância de um Poder Judiciário, forte, indepen-

dente e valorizado, cujos benefícios são sempre revertidos em prol da população.

O resultado da avaliação da Comissão Avaliadora será divulgado no site da AMMA (www.amma.com.br) até o dia 20 de agosto de 2014. A premiação será dividida nas categorias estudante – cujo 1º lugar receberá um IPAD; 2º lugar um IPOD e 3º Lugar publicação jurídica – e categoria profissional, que receberá as mesmas premiações conforme a ordem de classificação.

PÔSTERES – O concurso de pôsteres também terá como eixo temático o Congresso "Novos Desafios da Magistratura Brasileira". Para se inscrever, basta que o interessado acesse o link do evento no site www.amma.com.br. As inscrições também se encerrarão no dia 20 de julho.

Pôster é um recurso visual a partir do qual o pesquisador apresenta uma síntese das informações mais relevantes da pesquisa realizada ou em andamento.

O juiz Frederico Feitosa, que integra a Comissão Organizadora, explicou que o objetivo da AMMA, ao instituir o concurso

de pôsteres, é criar um espaço para apresentação de pesquisas realizadas, ou em andamento, relacionadas ao tema "Novos desafios da Magistratura Brasileira".

Outro ponto destacado pelo magistrado é que durante o Congresso da Magistratura haverá exposição de pôsteres em locais de fácil acesso e grande circulação, proporcionando debates, troca de experiências e o estabelecimento de relações entre grupos de pesquisa e pesquisadores da graduação e pós-graduação.

"Será uma grande ferramenta de aproximação entre profissionais do direito, a comunidade acadêmica e o Poder Judiciário", afirmou.

Todos os trabalhos aprovados e apresentados darão direito ao inscrito a certificado, expedido pela AMMA, com a carga horária desenvolvida. A Comissão Julgadora avaliará os pôsteres apresentados no evento, e elegerá, por votação, os trabalhos que se destacaram no evento, os quais serão contemplados com uma declaração de Menção Honrosa no encerramento do Congresso.

Presidente do Tribunal de Justiça do MA recebe visita de ministro do TST

O corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Brito Pereira, e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior, visitaram o Tribunal de Justiça do Maranhão nesta quinta-feira (5).

Os magistrados foram recebidos pelos desembargadores Cleonice Freire, presidente do TJMA; Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança Institucional, e pelo juiz auxiliar da presidência, José Ribamar Castro.

Os magistrados conversaram sobre a política de conciliação da Justiça estadual, uma das prioridades da atual gestão do TJMA, que conta com uma estrutura de 13 centros de conciliação instalados pela Corte maranhense com a finalidade de promover a

celeridade processual e melhorar o acesso à Justiça.

Correição – O ministro Brito Pereira veio a São Luís para participar de uma atividade correicional trabalhista, realizada pelo TRT-MA ao longo desta semana. “Fui informado que o Tribunal de Justiça do Maranhão desenvolve uma política da conciliação em diversas questões submetidas à Justiça estadual, como na Justiça do Trabalho, onde nós desenvolvemos ações em torno desses mesmos objetivos”, ressaltou.

Ao final do encontro, o corregedor do TST e o presidente do TRT-MA foram homenageados com a Medalha Especial dos 200 Anos do TJMA, celebrados em 4 de novembro de 2013.

“Ambos os magistrados dignificam a carreira da magistratura e são merecedores dessa

comenda”, destacou a presidente do TJMA, Cleonice Freire, durante a entrega da medalha.

“Fiquei surpreso e emocionado com a alegria de ter sido homenageado pelo Tribunal de Justiça do meu Estado, o que muito me honra. Sinto-me feliz por ter sido lembrado”, declarou o ministro, que é natural de Sucupira do Norte (MA) e foi indicado pelo desembargador Jamil Gedeon para receber a homenagem.

O presidente do TRT-MA, desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior, disse ter ficado honrado pela maneira generosa com a qual foi homenageado pela presidente do TJMA. “Espero continuar sendo um colaborador permanente do Judiciário, independentemente do ramo ao qual pertença”, ressaltou.

(Asscom do TJMA)